Colégio 00001 | Sala 0001 | Ordem 0001

Dezembro/2019

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO AMAZONAS

I I Concurso Público para provimento de cargos

Analista Jurídico de Defensoria
Especialidade Ciências Jurídicas

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'A', Tipo 001

Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: TIPO−001

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Economia Verde resulta também na melhoria da igualdade social.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso.

  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Felicidade bioquímica

Os biólogos sustentam que nosso mundo mental e emocional é governado por mecanismos bioquímicos definidos por milhões de anos de evolução. Como todos os outros estados mentais, nosso bem-estar não é determinado por parâmetros externos como salário, relações sociais ou direitos políticos. Em vez disso, é determinado por um complexo sistema de nervos, neurônios, sinapses e várias substâncias bioquímicas como serotonina, dopamina e oxitocina.

Ninguém fica feliz por ganhar na loteria, comprar uma casa, obter uma promoção ou encontrar o amor verdadeiro. As pessoas ficam felizes por um único motivo: sensações agradáveis em seu corpo. Uma pessoa que acabou de ganhar na loteria e pula de alegria não está reagindo ao dinheiro; está reagindo a vários hormônios que inundam sua corrente sanguínea e à tempestade de sinais elétricos pipocando em diferentes partes de seu cérebro.

A felicidade e a infelicidade exercem um papel na evolução somente na medida em que encorajam ou desencorajam a sobrevivência e a reprodução. Talvez não cause surpresa, então, que a evolução tenha nos moldado para sermos nem felizes demais, nem infelizes demais. Ela nos permite sentir um ímpeto momentâneo de sensações agradáveis, mas estas nunca duram para sempre. Mais cedo ou mais tarde, diminuem e dão lugar a sensações desagradáveis de carência e insatisfação. Tão logo consigamos o que desejamos, não parecemos mais felizes, isso em nada muda a nossa bioquímica. Pode estimulá-la por um breve tempo, mas voltamos ao ponto inicial de expectativa de felicidade.

(Adaptado de: HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**. **Uma breve história da humanidade**. Trad. Janaína Marcoantonio. 38. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018, 396-398, *passim*)

1. A verdade sustentada pelos biólogos, tal como propõe o texto, é a de que o nosso bem-estar
   (A) independe absolutamente de qualquer fator ou evento externo ao nosso corpo.
   (B) é produzido aleatoriamente por neurônios cujas funções estão fora do nosso controle.
   (C) deriva diretamente da ação de substâncias bioquímicas sobre o nosso sistema nervoso.
   (D) estimula favoravelmente o funcionamento regular dos nossos nervos e neurônios.
   (E) prescinde de fatores bioquímicos que possam nos fazer plenamente felizes.

---

2. Apresentam-se numa relação de causa e efeito, nesta ordem, os seguintes segmentos:
   (A) *nosso mundo mental e emocional é governado / parâmetros externos* (1º parágrafo)
   (B) *Ninguém fica feliz / por ganhar na loteria, comprar uma casa* (2º parágrafo)
   (C) *não está reagindo ao dinheiro / está reagindo a vários hormônios* (2º parágrafo)
   (D) *Mais cedo ou mais tarde, diminuem / dão lugar a sensações desagradáveis* (3º parágrafo)
   (E) *voltamos ao ponto inicial de expectativa / Pode estimulá-la por um breve tempo* (3º parágrafo)

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
   (A) *bem-estar não é determinado por fatores externos* (1º parágrafo) = felicidade não se exclui de modo determinante.
   (B) *obter uma promoção* (2º parágrafo) = ir de encontro a uma vantagem.
   (C) *está reagindo a vários hormônios* (2º parágrafo) = induz as ações hormonais.
   (D) *exercem um papel na evolução* (3º parágrafo) = mediam uma função evoluída.
   (E) *que a evolução tenha nos moldado* (3º parágrafo) = que nos modele o princípio evolutivo.

---

4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
   (A) O texto deixará surpresos todos aqueles que imaginavam estar nos fatores externos a razão exclusiva do nosso bem-estar, ou mesmo da nossa felicidade.
   (B) Quando se imagina de que nossa felicidade depende de fatos vividos, não se deve deduzir que a mesma possa incluir sinapses ou substâncias bioquímicas.
   (C) Ainda quando sejam momentâneos nossos ímpetos de felicidade, o que lhes acarretam desprazer a fazem parecer mais prolongada.
   (D) Não se devem presumir que as relações sociais sejam mais decisivas que as substâncias bioquímicas de cujas depende o nosso bem-estar.
   (E) São de acordo com as regras da evolução que passamos a ter sensações proporcionadas pela ação da natureza reprodutiva sobre o nosso corpo.

5. Há ocorrência de flexão verbal na voz **passiva** e pleno respeito às normas de **concordância** na frase:

(A) A poucos importam saber de onde vem a felicidade, só importando que ela chegue e se estabeleça o maior tempo possível.

(B) Desfrute-se a felicidade, venha ela de onde vier, como vier, mas nos momentos que forem mais oportunos e preciosos para nós.

(C) É fundamental papel que acaba por exercer em nosso bem-estar substâncias bioquímicas como as que discriminam o autor.

(D) Aos momentos de felicidade costumam suceder, subitamente, uma nova condição de carência, de infelicidade e de angústia.

(E) Ganhar na loteria ou obter uma premiação, nada disso constituem causas diretas, mas apenas estímulos para o bem-estar que é do corpo.

6. Atente para as seguintes frases:

I. Todos aspiramos à felicidade.

II. Nossa felicidade se enraíza em nosso corpo.

III. Em nosso corpo atuam substâncias bioquímicas.

As três orações acima integram-se com correção e coerência neste período único:

(A) A felicidade a que aspiramos enraíza-se em nosso corpo, sobre o qual atuam substâncias bioquímicas.

(B) É em nosso corpo, aonde atuam substâncias bioquímicas, que enraizamos a felicidade que aspiramos.

(C) Nossa aspirada felicidade, todos a enraizamos em nosso corpo, em cujo as substâncias bioquímicas atuam.

(D) Como em nosso corpo atuam substâncias bioquímicas, é nelas que para nós se enraízam a felicidade a que aspiramos.

(E) Substâncias químicas atuam sobre o nosso corpo, onde todos aspiramos à felicidade que nas mesmas se enraízam.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Conflito e acomodação sociais

*A interação social passa por distintos processos. **Acomodação** é o termo utilizado pelos sociólogos para descrever o ajustamento de indivíduos ou de grupos hostis. Não se pode dizer de indivíduos que estejam acomodados a não ser que previamente tenham estado em conflito. Na própria acomodação existe habitualmente um resíduo de antagonismo, de tal maneira que o ajustamento não passa de temporário. O conflito pode explodir de novo, a qualquer hora. No entanto, não se deve pensar que a acomodação é mero conflito em estado de latência. A acomodação se refere ao trabalho em conjunto de indivíduos, malgrado alguma hostilidade latente.*

Sabe-se que os processos socais refletem as atitudes subjacentes dos indivíduos: atitudes de amor e ódio. Quando as atitudes de amor prevalecem, a cooperação torna-se possível. O ódio, por seu turno, leva ao conflito. Por sua vez, na acomodação coexistem atitudes de amor e de ódio, o que já levou um sociólogo a se referir a ela como sendo uma "cooperação antagônica".

O ajustamento social é uma experiência dinâmica, sempre em mudança. Os indivíduos, vivendo em grupos, cooperam e competem. Quando as divergências se desenvolvem entre eles, tornam-se antagônicos e recorrem ao conflito. Depois de algum tempo, os antagonistas abandonam a luta e levam a efeito um tipo de acomodação qualquer. Com o correr dos dias, pode desenvolver-se uma nova unidade de propósitos e de pontos de vista entre as duas facções, fazendo desaparecer completamente o antagonismo.

(Adaptado de: OGBURN, William, e MEYER, Nimkoff. In: **Homem e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1975, p. 264-265)

7. Deve-se entender que, no processo social, a **acomodação** é um tipo de ajustamento no qual

(A) antagonismos aparentemente inconciliáveis desaparecem para dar lugar a uma plena harmonização de propósitos.

(B) indivíduos dotados de diferentes talentos passam a empenhar-se numa tarefa comum e solidária.

(C) antagonismos dão lugar à possibilidade de alguma superação, sem que deixem de existir de forma latente.

(D) hostilidades entre indivíduos ou grupos continuam a agir intensamente, sob a capa de um ajuste inteiramente artificial.

(E) diferenças essenciais de posição dão lugar a um acordo harmonioso, por força das virtudes de quem preside o processo.

8. No segundo parágrafo, a expressão "cooperação antagônica" deve ser entendida como o processo pelo qual

(A) os sentimentos negativos tornam-se positivos, em caráter definitivo.
(B) os sentimentos positivos passam a substituir permanentemente os negativos.
(C) o acirramento da competição anula os efeitos da cooperação aparente.
(D) os sentimentos da competição e os da cooperação convivem de modo dinâmico.
(E) as paixões exacerbadas passam a não mais encontrar um ponto de equilíbrio.

9. Depreende-se do que se afirma no terceiro parágrafo que

(A) antagonismos dentro de um grupo não alcançam superação definitiva.
(B) costuma haver alguma acomodação depois de um período de antagonismos.
(C) o passar do tempo costuma trazer divergências que não são antagônicas.
(D) a competição favorece naturalmente o espírito de cooperação.
(E) a cooperação bem-sucedida é aquela que dá maior nitidez aos antagonismos.

10. Um segmento do texto tem nova **redação**, sem prejuízo para o sentido, em:

(A) *passa por distintos processos* (1º parágrafo) = distingue-se das outras operações
(B) *existe habitualmente um resíduo de antagonismo* (1º parágrafo) = perpassa ainda uma série de hostilidades
(C) *refletem as atitudes subjacentes* (2º parágrafo) = revogam condutas insuspeitas
(D) *por seu turno, leva ao conflito* (2º parágrafo) = quase sempre se faz antagônico
(E) *levam a efeito um tipo de acomodação* (3º parágrafo) = realizam uma espécie de ajustamento

11. Ambos os termos sublinhados são exemplos de uma mesma função sintática na frase:

(A) Quando as atitudes de amor prevalecem, a cooperação torna-se possível.
(B) Na acomodação coexistem atitudes de amor e de ódio.
(C) O ódio, por seu turno, leva ao conflito.
(D) Depois de algum tempo, os antagonismos abandonam a luta.
(E) Com o correr dos dias, pode desenvolver-se uma unidade de propósito.

12. Há conflitos nos grupos sociais, para esses conflitos concorrem fatores que levam esses conflitos a uma indesejável exacerbação, razão pela qual se deve buscar atenuar a intensidade desses conflitos.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

(A) os quais – os levam – atenuar sua intensidade
(B) os mesmos – os levam – atenuá-los a intensidade
(C) cujos – lhes levam – atenuar sua intensidade
(D) aonde – levam-nos – lhes atenuar sua intensidade
(E) os tais que – levam-lhes – atenuá-los em sua intensidade

Conhecimentos Jurídicos e Institucionais

13. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 01/1990, as substituições de membros da Defensoria Pública do Estado se darão mediante critérios estabelecidos

(A) pela Coordenadoria Geral de Administração.
(B) pelo Corregedor-Geral.
(C) pelo Conselho Superior.
(D) pelo Defensor Público-Geral.
(E) pelo Departamento de Recursos Humanos.

14. Conforme a Lei Complementar Federal nº 80/1994, cabe à Corregedoria-Geral do Estado:

(A) instaurar processo disciplinar contra membros da Defensoria Pública do Estado e seus servidores.
(B) apresentar ao Defensor Público-Geral, em janeiro de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior.
(C) editar as normas regulamentando a eleição para a escolha do Defensor Público-Geral.
(D) decidir sobre a fixação ou a alteração de atribuições dos órgãos de atuação da Defensoria Pública.
(E) efetivar as promoções na carreira, mediante publicação de ato individual.

15. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração pública, conforme previsão da Lei nº 8.429/2012:

(A) Descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela Administração pública com entidades privadas.

(B) Celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.

(C) Celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

(D) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

(E) Utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta Lei.

16. Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, o ato de receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado, sujeita o agente, dentre outras, às cominações de

(A) perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos e multa civil de até três vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido, aplicadas cumulativamente.

(B) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

(C) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial.

(D) ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano.

(E) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até duzentas vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.

17. A Constituição Estadual do Amazonas, em Seção específica, dedicada à Defensoria Pública do Estado, prevê expressamente caber à Instituição

(A) defender idosos quando estes estiverem demandando contra seus familiares, por interesses conflitantes.
(B) representar organizações sociais, sem fins lucrativos.
(C) defender os interesses dos juridicamente necessitados contra as pessoas de direito privado.
(D) representar crianças e adolescentes que se encontram em situação de abandono.
(E) representar ao Ministério Público, em caso de sevícias e maus tratos à pessoa do defendendo.

18. Segundo o Código Penal, a conduta praticada por funcionário de exigir contribuição social ou tributo que sabe ou deveria saber indevido, constitui crime conhecido como

(A) concussão direta.
(B) concussão indireta.
(C) excesso de exação.
(D) concussão implícita.
(E) excesso de tributação.

19. Conforme expressa previsão da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Amazonas (Lei Complementar Estadual nº 01/1990), é considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de licença

(A) para exercício de mandato legislativo.
(B) para tratamento de saúde de pessoa da família.
(C) para estudo no exterior.
(D) especial.
(E) paternidade.

20. É vedada a evolução funcional de servidor da Defensoria Pública do Estado do Amazonas se

(A) sofrer penalidade administrativa de advertência e outras mais gravosas no período.
(B) tiver mais de três faltas injustificadas durante o período avaliado.
(C) tiver sido destituído de cargo em comissão *ad nutum.*
(D) tiver se afastado, mesmo que com autorização do Conselho Superior, por mais de trinta dias no período.
(E) estiver em estágio probatório.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. Segundo a doutrina, a noção da privacidade pode ser dividida, para estudo, em três espécies: privada, íntima e secreta. Na primeira estão contidas as duas seguintes, entendendo-se que quanto mais interno o comportamento, mais intensa será a proteção jurídica. Essa teoria que estuda o direito à privacidade é conhecida como teoria

(A) intermediária, de origem inglesa.
(B) concêntrica, de origem inglesa.
(C) da tripartição da privacidade, de origem americana.
(D) das esferas, de origem alemã.
(E) da intensidade, de origem alemã.

22. É correto afirmar, segundo entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, que a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, prevista pela Constituição Federal,

(A) permite a cobrança de taxa para obtenção do diploma em universidades públicas.
(B) não admite a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas.
(C) veda a cobrança de mensalidades nos cursos de pós-graduação de universidades públicas.
(D) permite a cobrança de taxa para inscrição em vestibular de universidades públicas.
(E) veda a cobrança de mensalidade de curso de língua estrangeira, oferecido por universidades públicas, mesmo que não considerado de ensino superior.

23. A Constituição Federal vigente, em Seção específica voltada à Defensoria Pública, prevê expressamente sobre

(A) serem princípios institucionais da Instituição a unidade, a divisibilidade entre Defensorias Estaduais e da União e a independência funcional.
(B) a inamovibilidade de seus membros, exceto aos membros da classe inicial da carreira.
(C) a atuação judicial de forma gratuita, não mencionando a atuação extrajudicial da Defensoria Pública.
(D) a possibilidade de exercício da advocacia fora das atribuições constitucionais, desde que não haja fins lucrativos.
(E) a aplicação da autonomia funcional, administrativa e a iniciativa de proposta orçamentária às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.

24. As comissões parlamentares de inquérito, segundo texto constitucional expresso,

(A) terão conclusões sempre encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade dos infratores.
(B) podem ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sempre em conjunto, mediante requerimento da maioria absoluta de seus membros.
(C) podem ser criadas pela Câmara dos Deputados, mediante requerimento de um terço de seus membros.
(D) possuem poderes de investigação próprios das autoridades administrativas, com alguns poderes de autoridades judiciais, especificamente previstos no texto constitucional.
(E) podem ser criadas pelo Senado Federal, para apuração de fatos determinados, pela maioria simples de seus membros, por prazo indeterminado, necessário à efetiva apuração.

25. Sobre a responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar:

(A) Admitida a acusação, por dois terços da Câmara dos Deputados, será o Presidente da República submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
(B) Admitida a acusação, por maioria absoluta do Congresso Nacional, será o Presidente da República submetido a julgamento perante o Senado Federal, quanto às infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade.
(C) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, em caso de apuração de crime de responsabilidade após instauração do processo pelo Congresso Nacional.
(D) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, em caso de apuração de infrações penais comuns, assim que recebida a acusação pelo Senado Federal.
(E) A Constituição Federal elenca os tipos de crimes de responsabilidade do Presidente da República em seu texto, dispondo, ainda, sobre as penas a eles aplicadas.

Direito Administrativo

26. Determinado órgão da Administração Pública Estadual celebrou contrato de prestação de serviços de limpeza com determinada empresa, com prazo de vigência inicial de 15 meses. No quinto mês de execução do contrato, lei de iniciativa do Governador foi aprovada, determinando a absorção deste órgão por outro órgão estadual, de maior envergadura. Em decorrência dessa absorção, a repartição será desativada e os seus serviços serão transferidos para outro edifício, que já conta com o serviço de limpeza, por meio de outro contrato. Diante dessa situação, a Administração

(A) não poderá rescindir o contrato, pois trata-se de ato jurídico perfeito.

(B) deverá anular o contrato, pois houve vício de motivo na contratação.

(C) deverá manter o contrato que foi assinado em primeiro lugar, em virtude do princípio da antiguidade.

(D) poderá rescindir o contrato, mediante decisão justificada apresentada pela mais alta autoridade da esfera administrativa, exarada no processo administrativo do contrato.

(E) deverá determinar a cessão do contrato à empresa que presta o serviço no novo endereço.

27. No tocante à responsabilidade extracontratual do Estado, as seguintes teorias foram adotadas em determinado momento histórico:

1. Teoria do risco administrativo, propiciando a responsabilidade objetiva do Estado;
2. Teoria da irresponsabilidade, afastando a responsabilidade do Estado;
3. Teoria civilista da culpa, propiciando a responsabilidade subjetiva, baseada na *culpa in eligendo* e *culpa in vigilando* em relação aos agentes causadores do dano;
4. Teoria da culpa do serviço, propiciando a responsabilidade subjetiva, baseada na culpa anônima do serviço público.

Do ponto de vista evolutivo, tais teorias se sucederam na seguinte sequência:

(A) 1, 2, 3 e 4.

(B) 2, 3, 4 e 1.

(C) 4, 3, 2 e 1.

(D) 2, 3, 1 e 4.

(E) 3, 2, 4 e 1.

28. Alípio Constâncio era Defensor Público e se aposentou do cargo público por ele desempenhado. Ainda disposto a trabalhar, pretende exercer outro cargo público. Tal pretensão se mostra juridicamente

(A) inviável, pois não pode haver cumulação do cargo de defensor público com qualquer outro.

(B) viável, desde que seja de outro cargo da área jurídica.

(C) viável, desde que seja cargo de professor, cargo eletivo ou cargo comissionado declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

(D) inviável, pois o aposentado não pode ocupar qualquer outro cargo, uma vez que se tornou inativo.

(E) viável, seja qual for o cargo pretendido.

Direito Civil

29. De acordo com a atual redação do Código Civil, com as modificações operadas pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), são relativamente incapazes

(A) as pessoas maiores de 16 e menores de 18 anos e os pródigos.

(B) todas as pessoas menores de 18 anos.

(C) somente as pessoas maiores de 16 e menores de 18 anos, os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

(D) somente as pessoas que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

(E) todas as pessoas maiores de 16 e menores de 18 anos que tenham sido emancipadas.

30. Rogério e Matilde foram casados no regime da comunhão parcial de bens e tiveram dois filhos, que são menores. Durante o casamento, adquiriram onerosamente uma única casa, que serve de moradia para a família. Matilde faleceu sem deixar outros bens ou disposição testamentária e, além do marido e filhos, também deixou os pais, idosos, vivos. Diante desses fatos,

(A) como os filhos são comuns do casal, o imóvel deve ser destinado exclusivamente ao cônjuge supérstite, em razão da meação e da sucessão, pois os filhos receberão a herança de seu genitor oportunamente.

(B) o imóvel deve ser partilhado por cabeça, em porções iguais entre Rogério, os dois filhos do casal e os ascendentes da autora da herança.

(C) Rogério é proprietário de metade do imóvel, em razão da meação, e a outra metade deve ser dividida em porções iguais entre os pais e os filhos da autora da herança.

(D) o imóvel deve ser dividido somente entre os filhos da autora da herança, uma vez que são menores, cabendo a Rogério somente o direito real de habitação, não havendo direitos sucessórios aos ascendentes nesse caso.

(E) Rogério é proprietário de metade do imóvel, em razão da meação, e tem direito real de habitação, ao passo que a outra metade deve ser dividida entre os dois filhos, excluídos os ascendentes.

31. Lucas contraiu diversas dívidas e, na iminência de tornar-se insolvente, passou a dispor do patrimônio que lhe restava. Os negócios passíveis de anulação, em razão do reconhecimento da fraude contra credores, pressupõem

(A) que os atos de disposição do patrimônio do devedor insolvente tenham sido realizados a título gratuito, tais como a doação sem encargo e a remissão de dívidas, não se aplicando tal anulabilidade para atos onerosos de disposição ou transferência de bens.

(B) a existência da dívida anterior à disposição ou transmissão do bem, a existência de atos gratuitos ou onerosos que tenham a aptidão de tornar insolvente o devedor, e, somente no caso de atos onerosos, exige-se a prova do *consilium fraudis*.

(C) somente a existência de atos gratuitos ou onerosos que venham a tornar o devedor insolvente, sendo irrelevante se a constituição da dívida foi anterior ou posterior ao ato, bem como a prova do *consilium fraudis*.

(D) somente a existência de *consilium fraudis*, independente de ser o ato gratuito ou oneroso, anterior ou posterior à constituição do crédito.

(E) a existência da dívida anterior à disposição, a existência de atos gratuitos ou onerosos que venham tornar o devedor insolvente, e, em qualquer caso, a prova do *consilium fraudis*.

32. Paulo trabalha há vinte anos como capataz em uma fazenda que explora a atividade agropecuária, tendo sido contratado pelo proprietário para cuidar da propriedade e liderar os demais empregados. Ele reside no próprio local de trabalho, em uma casa cedida pelo proprietário para a sua moradia e da sua família. Com base nessas informações, Paulo

(A) não tem a posse nem a propriedade da fazenda, mas somente a sua detenção.

(B) é proprietário da fazenda.

(C) tem a posse *pro labore* de toda a fazenda.

(D) tem a posse precária da fazenda.

(E) tem direito à usucapião apenas da casa em que reside.

33. Enquanto era menor de idade, Bruno ajuizou ação contra o seu genitor, Francisco, para a fixação de alimentos. O pedido foi acolhido, e o genitor foi condenado ao pagamento de metade do salário mínimo a título de alimentos. Na semana passada, Bruno completou a maioridade, mas não tem renda própria e está matriculado no primeiro ano de curso de ensino superior. Nesse cenário, Francisco

(A) segue com a obrigação de pagar alimentos enquanto não houver decisão de exoneração da pensão alimentícia, mas eventual inadimplemento não poderá gerar a prisão civil do alimentante, por não se tratar de alimentos devidos a incapaz.

(B) está desobrigado do pagamento dos alimentos, uma vez que foram fixados diante da menoridade do alimentando, cessando de pleno direito o dever de prestar alimentos ao filho após o atingimento da maioridade, sendo irrelevante o fato de não ter renda própria e realizar curso de ensino superior.

(C) segue com a obrigação de pagar alimentos enquanto não houver decisão de exoneração da pensão alimentícia, pois a maioridade não faz cessar automaticamente o dever de prestar alimentos.

(D) está desobrigado do pagamento dos alimentos, uma vez que houve alteração do binômio possibilidade-necessidade, cessando de pleno direito o dever de prestar alimentos ao seu filho, cabendo a Bruno, caso queira, ajuizar nova ação com a comprovação de que ainda tem necessidade, pois está realizando curso superior.

(E) segue com a obrigação de pagar alimentos enquanto Bruno não concluir seus estudos para preparação ao mercado de trabalho, perdurando a presunção absoluta de necessidade enquanto não for concluído o nível superior.

Direito Processual Civil

34. São modalidades de tutela:

I. da urgência.

II. da evidência.

III. antecedente.

IV. incidental.

De acordo com o atual Código de Processo Civil, a estabilização da tutela provisória se aplica às tutelas previstas nos itens:

(A) I, II e III, apenas.

(B) I, II, III e IV.

(C) II e IV, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

35. O juiz, em seu primeiro contato com petição inicial que discute matéria exclusivamente de direito (sendo, portanto, dispensada a instrução probatória), verifica que o pedido do autor está em divergência com o entendimento pacificado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidado pela edição de uma súmula. Nessa situação, o Código de Processo Civil determina que o magistrado

(A) determine que o autor emende a petição inicial.
(B) indefira a petição inicial.
(C) julgue liminarmente improcedente o pedido.
(D) determine a citação do réu.
(E) julgue extinto o processo sem resolução do mérito por carência da ação.

36. Considere:

I. Sentença de parcial procedência do pedido do autor.
II. Homologação de transação entre as partes.
III. Homologação da renúncia à pretensão formulada na ação.
IV. Decisão que reconhece a ilegitimidade ativa do autor.
V. Homologação de reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação.

São atos judiciais que importam em resolução do mérito e sujeitos à formação da coisa julgada material aqueles descritos nos itens:

(A) I, II, III e IV, apenas.
(B) I, II, III, IV e V.
(C) I, III e V, apenas.
(D) II, IV e V, apenas.
(E) I, II, III e V, apenas.

37. Sobre o regime jurídico e as disposições do atual Código de Processo Civil a respeito da Defensoria Pública,

(A) não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a Defensoria Pública.
(B) somente se exime do ônus da impugnação específica quando atuar na condição de curador especial.
(C) quando a parte beneficiária da gratuidade da justiça for responsável pelo pagamento de perícia, o valor será pago com os recursos do fundo de custeio da Defensoria Pública.
(D) a prerrogativa da contagem dobrada dos prazos se aplica aos escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito.
(E) no caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas, a intimação da Defensoria Pública supre a necessidade de citar pessoalmente os ocupantes que se encontrem no local.

38. Geraldo ajuizou ação cumulando os pedidos de indenização por danos materiais e morais contra prestador de um serviço, alegando que houve desconformidade da prestação em relação ao pactuado. Após analisar a contestação apresentada pelo réu, o magistrado entendeu que a irregularidade do serviço e a existência dos danos morais eram incontroversas, mas o reconhecimento dos danos materiais alegados dependeria de produção de provas. Assim, o juiz julgou parcialmente o mérito para julgar procedente o pedido de indenização por danos morais, determinando, no mesmo ato, a intimação das partes para que especificassem as provas que pretendiam produzir. Esse ato judicial consiste em

(A) sentença de mérito, sujeito a recurso de apelação; caso não haja recurso tempestivo, formar-se-á coisa julgada material.
(B) julgamento antecipado parcial do mérito, sujeito a agravo de instrumento; caso não haja recurso tempestivo, formar-se-á coisa julgada material.
(C) julgamento antecipado parcial do mérito, e, por isso, não se sujeita a recurso imediato, podendo ser impugnado por meio de preliminar de razões ou contrarrazões de apelação.
(D) sentença sem resolução do mérito, sujeita a apelação; caso não haja recurso tempestivo, formar-se-á coisa julgada meramente formal.
(E) decisão interlocutória de tutela provisória antecipada, sujeita a recurso de agravo de instrumento e, caso não haja recurso tempestivo, haverá a preclusão.

Direito Penal

39. O crime impossível ocorre quando

(A) o crime se consuma, mas o autor é inimputável.
(B) o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
(C) o autor age de maneira não intencional, a despeito da consumação.
(D) o agente atua em estado de necessidade ou em legítima defesa.
(E) o crime não se consuma por ineficácia absoluta do meio empregado pelo agente.

40. O concurso formal de crimes ocorre quando

(A) o agente pratica dois ou mais crimes mediante uma só ação ou omissão.

(B) as circunstâncias pessoais do crime se comunicam aos coautores.

(C) a sentença aplica pena privativa de liberdade e pena de multa para o mesmo crime.

(D) praticam-se dois ou mais crimes, mediante mais de uma ação ou omissão.

(E) um crime é praticado por duas ou mais pessoas previamente ajustadas para tanto.

41. São circunstâncias que devem ser analisadas na primeira fase de aplicação da pena (pena-base):

(A) estado de embriaguez preordenada e culpabilidade do agente.

(B) tipicidade conglobante e antecedentes.

(C) circunstâncias e consequências do crime.

(D) desconhecimento da lei e antijuridicidade.

(E) regime fechado e comportamento da vítima.

42. Com relação à prescrição da pretensão executória,

(A) ocorre com o transcurso do lapso prescricional da execução do crime até o recebimento da denúncia.

(B) no caso de evasão do condenado, regula-se pelo tempo que resta da pena.

(C) tem como causa suspensiva a sentença de pronúncia.

(D) é contada em dobro no caso de crimes hediondos.

(E) começa a correr do dia em que cessou a atividade criminosa, no caso de tentativa.

43. Sobre o instituto da reincidência, é correto afirmar que

(A) foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, por violar o direito penal do autor.

(B) constitui causa de aumento da pena que pode variar de 1/6 a 2/3.

(C) sua ocorrência em crime culposo impede a suspensão condicional da pena.

(D) somente pode ser reconhecido se houver transcurso superior a cinco anos desde a prática do crime anterior.

(E) impede a aplicação de pena restritiva de direitos, se tiver operado em virtude da prática do mesmo crime.

Direito Processual Penal

44. Conforme entendimento dos Tribunais Superiores sobre a prisão domiciliar prevista no Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

(A) É medida cautelar alternativa à prisão incompatível com a detração penal.

(B) É medida destinada apenas às mulheres presas, tendo em vista o alto número do encarceramento feminino no Brasil.

(C) É vedada quando a acusada for reincidente em crime doloso, bem como quando o crime for cometido pela mãe contra seu próprio filho.

(D) Caso haja dúvida acerca da condição de guardiã dos filhos, pode o juiz solicitar laudo social, desde que já efetive a medida em favor da mulher presa.

(E) Conforme expresso no Código de Processo Penal, pode ser decretada quando a mulher presa tenha cometido o crime de roubo, desde que primária e de bons antecedentes.

45. Segundo o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça sobre a execução penal,

(A) a prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do trânsito em julgado da decisão do reconhecimento judicial dessa infração.

(B) a prática de falta grave interrompe o prazo para fins de comutação de pena e indulto.

(C) é possível a remição de parte do tempo de execução da pena quando o condenado, em regime fechado ou semiaberto, desempenha atividade laborativa, exceto se extramuros.

(D) a ausência de suspensão ou revogação do livramento condicional antes do término do período de prova enseja a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena.

(E) admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada, sendo obrigatório em casos de crimes hediondos.

46. No processo penal brasileiro, o ônus da prova

(A) é repartido entre as partes, cabendo àquele que fizer a alegação prová-la.

(B) caberá ao réu quando preso em flagrante na posse dos objetos furtados.

(C) pesa todo sobre a acusação, tendo o réu apenas interesse em demonstrar suas alegações defensivas.

(D) em regra caberá à acusação, movendo-se para o réu quando for acusado de praticar crime hediondo.

(E) é irrelevante, diante do livre convencimento judicial ao proferir suas decisões.

47. Acerca do sistema recursal brasileiro,

(A) diante do principio da taxatividade, é inaplicável no processo penal a fungibilidade recursal.

(B) o prazo para o Defensor Público recorrer de decisão judicial inicia-se da data de entrega dos autos na repartição administrativa, sendo irrelevante sua ciência em audiência.

(C) diante do princípio da obrigatoriedade, o integrante do Ministério Público é obrigado a interpor recurso contra sentença penal absolutória.

(D) o prazo para o Ministério Público opor Embargos Infringentes será de 10 dias a contar da publicação do acórdão que julgar a apelação.

(E) caberá Recurso em Sentido Estrito da decisão que conceder, negar ou revogar o livramento condicional.

48. *Imparcialidade é sinônimo de alheabilidade, ou seja, a Agência Judicial não pode ter interesse pessoal em relação às partes, nem retirar proveito do processo. Juiz imparcial é aquele que não tem interesse, próprio ou de pessoa que lhe seja próxima, no julgamento.*

(CASARA, Rubens; MELCHIOR, Antonio Pedro. **Teoria do processo penal brasileiro: dogmática e crítica.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p 142)

Buscando evitar a parcialidade do juiz, o Código de Processo Penal enumerou situações de suspeição do juiz, entre as quais:

(A) se tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.

(B) se tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

(C) se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o segundo grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.

(D) se ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

(E) se tiver aconselhado qualquer das partes ou for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.

Direitos Humanos

49. Conforme prevê a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, **NÃO** são considerados como tortura dores ou sofrimentos

(A) que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

(B) produzidos por agentes públicos com o intuito de obter informações essenciais para segurança nacional, saúde ou vida de um número indeterminado de pessoas, esgotadas outras alternativas.

(C) de natureza mental, moral ou psicológica produzidos em meio a situações de conflito deflagrado ou emergência pública.

(D) decorrentes de condições inadequadas de encarceramento, ainda que sistemáticas, graves e maciças.

(E) produzidos em contextos de dominação quando diretamente relacionados com a violência estrutural baseada na idade, gênero e etnia.

50. Em 2014, a Corte Interamericana de Direitos Humanos proferiu sentença na qual, entre outras obrigações, determinou que o Brasil adotasse, em prazo razoável, medidas necessárias para tipificar o delito de desaparecimento forçado de pessoas conforme os parâmetros interamericanos. Tal sentença se refere ao caso conhecido como

(A) trabalhadores da Fazenda Brasil Verde.

(B) Amarildo Dias de Souza.

(C) Setimo Garibaldi.

(D) Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia").

(E) Favela Nova Brasília.

51. Segundo dispõe expressamente o Estatuto de Roma, o Tribunal Penal Internacional terá competência para julgar algumas categorias gerais de crimes cujo conteúdo é detalhado ao longo do documento. Dentre essas categorias mais gerais, encontram-se

(A) o tráfico internacional de drogas e de pessoas e os crimes contra o sistema financeiro internacional.

(B) os crimes de guerra e o crime de genocídio.

(C) o bioterrorismo e os crimes contra o patrimônio genético da humanidade.

(D) crimes contra a segurança mundial e posse ou uso de armas de destruição em massa.

(E) os crimes de holocausto e de *apartheid* etnocultural.

52. O uso de componentes da diversidade biológica de modo e em ritmo tais que não levem, no longo prazo, à diminuição da diversidade biológica, mantendo assim seu potencial para atender as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras, refere-se, para os propósitos da Convenção sobre a Diversidade Biológica, ao significado do termo

(A) conservação *in situ*.

(B) preservação sistêmica.

(C) utilização sustentável.

(D) proteção estratégica.

(E) manejo preventivo.

53. As 100 Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condições de Vulnerabilidade dispõem, de forma expressa, em relação às pessoas pertencentes a comunidades indígenas:

(A) Serão consideradas vulneráveis ou não de acordo com a avaliação, preferencialmente por perito indigenista ou antropólogo, de seu grau de integração à cultura, comunhão e civilização nacional.

(B) Poderão optar pela resolução dos conflitos pelo sistema tradicional de sua comunidade, cuja decisão não é passível de revisão ou reforma pelos órgãos da administração de justiça estatal.

(C) Caso sua comunidade ocupe terras pertencentes a mais de um Estado, é facultado o recurso aos órgãos da administração de justiça estatal pertencentes a qualquer um deles, que será prevento para solução dos casos conexos.

(D) Nos casos de resolução de conflitos fora da comunidade indígena por parte do sistema de administração de justiça estatal, é conveniente abordar os temas relativos à peritagem cultural e ao direito a expressar-se no próprio idioma.

(E) O acesso à justiça de comunidades indígenas e seus integrantes será mediado pelo órgão estatal responsável pela política indigenista, a quem cabe representar os indígenas não integrados e assistir àqueles já integrados.

54. São considerados "remédios constitucionais", entre outros, os seguintes instrumentos utilizados para proteção aos direitos humanos:

(A) Mandado de segurança, mandado de injunção e ação popular.

(B) Ação popular, reclamação e salvo conduto.

(C) Salvo conduto, ação de inconstitucionalidade e *habeas corpus*.

(D) *Habeas corpus*, arguição de direito fundamental e agravo mandamental.

(E) Agravo mandamental, recurso de revista e mandado de segurança.

55. Sobre a Comissão da Verdade é correto afirmar que

(A) teve o escopo de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período entre setembro de 1946 e outubro de 1988.

(B) investigou crimes praticados por ação ou omissão dos agentes estatais e por ação de grupos armados, terroristas ou paramilitares.

(C) organizou-se por meio de uma comissão central federal, à qual coube criar, coordenar e sistematizar o trabalho das comissões estaduais, municipais e setoriais.

(D) identificou nominalmente, em seu relatório final, mais de uma centena de pessoas que, vitimadas indiretamente por violações graves em seus direitos, fazem jus a indenizações/pensão vitalícia por parte do Estado.

(E) teve duração temporária e foi sucedida em seus trabalhos pela Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos.

Direito da Criança e do Adolescente, do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Mulher

56. Deve o Defensor Público propor a correção da irregularidade, por contrariar regra expressa do Estatuto do Idoso se, em visita a instituição de longa permanência para idosos, constatar que

(A) a entidade, sendo filantrópica, cobra de todos os idosos taxa de participação no custeio da entidade.

(B) os contratos de prestação de serviços, sendo privada a entidade, são firmados apenas com o idoso abrigado, sem participação de seu tutor ou assistente pessoal.

(C) a entidade, sendo governamental, não promove o estudo social e pessoal de cada caso.

(D) não dispõe a entidade de enfermeiro residente nem de gerontólogo de referência.

(E) o local mantém em destaque, na sua fachada externa, informação visível de que se trata de instituição para idosos.

57. Na definição da competência territorial para os processos cíveis regidos pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), tal como nela expressamente previsto,

(A) deve-se observar, com prioridade sobre os demais, o critério do local de acolhimento da ofendida.

(B) prevalece o critério do local do fato em que se baseou a demanda.

(C) segue-se a regra do domicílio do réu, salvo previsão legal expressa em contrário.

(D) fica a critério da ofendida optar entre o Juizado do local do seu domicílio ou residência, o do domicílio do ofensor ou o do local dos fatos.

(E) observam-se, por conexão, as regras do Código de Processo Penal sempre que o fato gerador da demanda resultar em processo criminal.

58. À pessoa com deficiência é assegurado, conforme previsão expressa do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o direito

(A) à permanência de um acompanhante em tempo integral durante período de internação, devendo a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para acomodá-lo.

(B) a benefício previdenciário de pelo menos meio salário-mínimo nas deficiências transitórias e um salário-mínimo nas deficiências permanentes.

(C) a bolsas de estudo subsidiadas em universidades privadas e à reserva de 5% das vagas em universidades públicas, sem prejuízo da aferição de critérios mínimos de mérito acadêmico.

(D) de redução de até um terço da pena para o preso com deficiência que cumpra pena privativa de liberdade em local sem acessibilidade.

(E) à prioridade no recebimento de precatórios e na tramitação de processos judiciais e administrativos em que seja requerente ou interessado.

59. O Sinase, instituído pela Lei nº 12.594/2012, refere-se ao

(A) Serviço de Informações e Acompanhamento Socioeducativo.

(B) Serviço Integrado de Atenção ao Socioeducando.

(C) Serviço Interdisciplinar de Apoio ao Socioeducando.

(D) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

(E) Sistema Nacional de Acompanhamento Socioeducativo.

60. A Guia de Acolhimento, conforme prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), é expedida

(A) pelo Conselho Tutelar para inclusão e cadastramento da criança ou do adolescente em risco junto ao Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA).

(B) pela autoridade judicial para encaminhamento de crianças e adolescentes às instituições que executam programas de acolhimento institucional.

(C) pelo gestor da política de garantia do direito à convivência familiar para controle e monitoramento dos casos de acolhimento familiar e institucional no município.

(D) pela serventia judicial para fins de inclusão da criança ou do adolescente no cadastro nacional de pessoas em condição de serem acolhidas por família adotiva.

(E) pelo Conselho Tutelar em favor de famílias que acolhem crianças e adolescentes provisoriamente afastadas do convívio com seus pais ou responsável.